



CONSELHO REGIONAL DE **MEDICINA VETERINÁRIA**



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DO CRMV-PR

PORTARIA Nº 133/2022/GE-CRMV-PR

Institui o Plano de Gestão de Riscos do CRMV-PR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRMV-PR, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais e com base na proposição apresentada pelo Comitê de Gestão de Riscos do CRMV-PR, constante nos autos do Processo 90798.005911/2022-19, e ainda:

Considerando a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, que recomenda aos órgãos da administração pública a adoção de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança;

Considerando que um dos princípios da boa governança consiste no gerenciamento de riscos e na instituição de mecanismos de controle interno necessários ao monitoramento e à avaliação do sistema, assegurando a eficácia e contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional;

Considerando que a Constituição Federal dispõe em seu artigo 37 que a Administração Pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando que a gestão de riscos permite tratar com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade ou do impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável ao cumprimento dos seus objetivos;

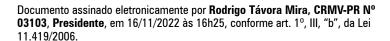
Considerando que a gestão de riscos institucionais deve ser sistematizada e suportada por metodologia específica de trabalho, incorporando as melhores práticas no segmento, bem como ferramentas e técnicas, adaptadas à cultura e aos valores institucionais do CRMV-PR;

Considerando ainda a Resolução CFMV nº 1.416/2021, em especial o contido no parágrafo único do artigo 10º: "A atuação da gestão de riscos institucionais deve ser dinâmica e formalizada por meio de metodologias, manuais e procedimentos devidamente publicizados, sendo imprescindível a capacitação e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA), gerando competências técnicas para tal finalidade";

RESOLVE:

- Art. 1º. Aprovar e instituir o Plano de Gestão de Riscos do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, que tem por finalidade definir os riscos a serem geridos pelo CRMV-PR, estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados e seguidos no processo de gestão de riscos integrados ao planejamento estratégico, projetos e processos de trabalho do CRMV-PR.
- Art. 2º. Designar a Controladoria Geral do CRMV-PR como responsável pela interlocução técnica das áreas e a Diretoria no tocante a gestão de riscos.
- Art. 3º. Encaminhar para ampla divulgação interna e externa e operacionalização do plano pelos responsáveis.
- Art. 4°. Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.







SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	. 05
2 - OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	. 06
3 - PRINCÍPIOS DA GESTÃO DE RISCOS	. 07
4 - MODELO DE GESTÃO DE RISCOS: TRÊS LINHAS DE DEFESA	. 09
5 - SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS DO CRMV-PR	. 10
6 - PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	. 13
7 - ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO	. 17
8 - PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	. 23
9 - CONCEITOS-CHAVE	. 24
REFERÊNCIAS	. 25
ANEXO I - Matriz de Riscos: Eixos Conformidade, Estratégico e Operacional	. 26

1 - INTRODUÇÃO

O CRMV-PR, ao longo dos últimos anos, tem procurado aprimorar seus mecanismos de liderança, estratégia e controle. E a gestão de riscos é um dos mais importantes instrumentos desse aperfeiçoamento, e está intimamente associada ao princípio constitucional da eficiência, pois sua implementação só faz sentido quando proporciona ganhos em termos de entrega de resultados e alcance dos objetivos institucionais.

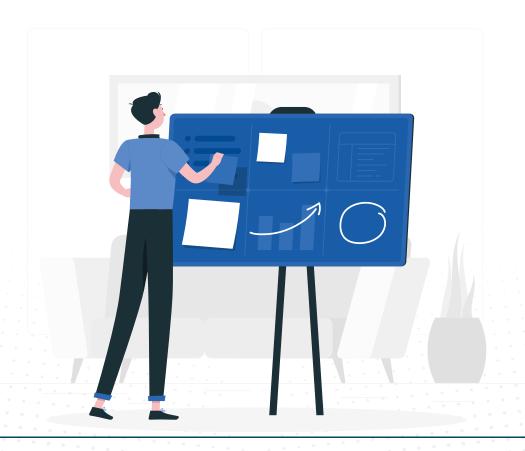
Isso a torna uma grande aliada da gestão diante do desafio de garantir a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, porque permite a tomada de decisões de forma racional, contribui para aumentar a capacidade da organização em lidar com eventos inesperados, que podem afetar negativamente os objetivos, estimula a transparência, favorece o uso eficiente, eficaz e efetivo dos recursos públicos, bem como fortalece a imagem institucional.

Com o objetivo de internalizar práticas importantes sobre o tema e fomentar a cultura orientada a risco como ferramenta de gestão, o CRMV-PR elaborou o presente plano, embasado no Manual de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União - TCU, 2ª Edição, 2020, na Resolução CFMV nº 1.416/2021, que dispõe sobre a política de gestão de riscos do sistema CFMV/CRMVs e na Portaria CFMV nº 82/2021, que aprova os "5 (cinco) Passos da Metodologia de Gestão de Riscos CFMV - 5MGR".



2 - OBJETIVOS DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

- 2.1 A gestão de riscos no CRMV-PR tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão, com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos institucionais. É uma ferramenta projetada para apoiar a gestão na busca por ganhos de eficiência, de modo a melhorar a qualidade, a tempestividade e a eficácia dos serviços prestados. Vem para ampliar o escopo das possibilidades de escolha do gestor, pois o capacita a identificar os principais riscos e as várias possíveis medidas de mitigação. Não considerar explicitamente os riscos na tomada de decisões pode acarretar o não alcance dos objetivos ou resultados que poderiam ser atingidos.
- 2.2 São objetos específicos da gestão de riscos os objetivos, resultados, metas, processos de trabalho, atividades, projetos, informações/dados (segurança da informação), integridade e ética, iniciativa ou ação de plano institucional, assim como os recursos que dão suporte à realização dos objetivos do CRMV-PR.



3 - PRINCÍPIOS DA GESTÃO DE RISCOS

3.1 - FOMENTAR A INOVAÇÃO E A AÇÃO EMPREENDEDORA RESPONSÁVEL

Ao realizar algo que nunca foi feito antes ou que implique riscos, identificar, avaliar e tratar esses riscos aumenta a chance de sucesso. Mesmo que a iniciativa não seja bem-sucedida por algum motivo, estará documentado que o gestor tinha consciência dos riscos e adotou as providências necessárias para mitigá-los, o que demonstra uma gestão responsável.

3.2 - CONSIDERAR RISCOS E, TAMBÉM, OPORTUNIDADES

A oportunidade é chamada de risco positivo, pois constitui a possibilidade de um evento afetar positivamente os objetivos. A boa gestão de riscos deve, também, considerar as oportunidades, pois o gestor precisa estar preparado para aproveitá-las.

3.3 - APLICAR-SE A QUALQUER TIPO DE ATIVIDADE OU PROJETO

A gestão de riscos pode ser aplicada a qualquer ação organizacional que tenha um objetivo claro ou da qual resulte um produto ou serviço definido.

3.4 - APLICAR-SE DE FORMA CONTÍNUA E INTEGRADA AOS PROCESSOS DE TRABALHO

Gerir riscos não pode ser uma atividade esporádica e descasada do dia a dia do trabalho. Deve ser uma atitude permanente, parte integrante do processo decisório, desde que apresente relação custo-benefício favorável.

3.5 - SER IMPLANTADA POR MEIO DE CICLOS DE REVISÃO E MELHORIA CONTÍNUA

A implantação da gestão de riscos deve ser um processo gradual e progressivo, com revisões periódicas, a partir de mudanças organizacionais e/ou no ambiente externo e dos resultados das avaliações do funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos.

3.6 - CONSIDERAR A IMPORTÂNCIA DOS FATORES HUMANOS E CULTURAIS

A percepção sobre os riscos e seus impactos no alcance dos objetivos depende das características das pessoas responsáveis pela gestão desses riscos e da cultura de determinado órgão ou área da instituição em que esses riscos são avaliados. Nesse sentido, uma boa gestão de riscos deve considerar a influência dos fatores humanos e da cultura organizacional na identificação, na avaliação e no tratamento dos riscos. O sucesso ou fracasso da gestão de riscos depende da cultura organizacional.

3.7 - SER DIRIGIDA, APOIADA E MONITORADA PELA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Alta Administração tem a responsabilidade de conduzir o processo de implantação, de manter o sistema funcionando com eficiência e economicidade, de gerenciar os riscos-chave para o CRMV-PR e liderar pelo exemplo, demonstrando efetivo compromisso com a gestão de riscos.



4 - MODELO DE GESTÃO DE RISCOS: TRÊS LINHAS DE DEFESA

4.1 - O modelo adotado pelo CRMV-PR é o das três linhas de defesa, em consonância com o previsto na Resolução CFMV nº 1.416/2021, a qual dispõe no inciso XVI do artigo 2º o seguinte conceito:

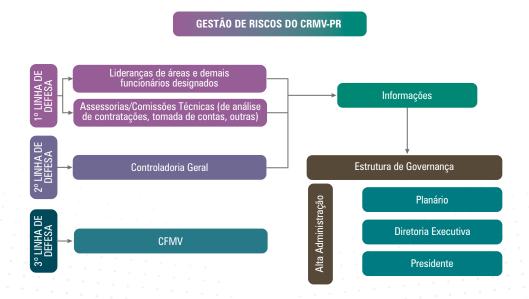
"XVI - Modelo das 3 (três) Linhas de Defesa: método internalizado em Instituições Públicas nacionais e internacionais para sua gestão de riscos.

A 1ª (primeira) linha tem como responsabilidade a gestão operacional, executores do processo de gestão de riscos e de sistemas de controles internos (ex.: superintendentes, gerentes e coordenadores).

Já na 2ª (segunda) linha, temos setores e profissionais com o objetivo de apoio à gestão visando o cumprimento das responsabilidades da primeira linha, fornecendo técnica, métodos, ferramentas e, principalmente, conhecimento adequados a esse processo (controladores internos, compliance officer).

Por fim, na 3ª (terceira) linha de defesa, o foco está na atividade de Auditoria Interna, tendo por objetivo avaliações independentes e objetivas da Gestão de Riscos, Governança e Controles."

4.2 - Visão geral do modelo de gestão de riscos e controles no CRMV-PR:



5 - SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS DO CRMV-PR

O Sistema de Gestão de Riscos do CRMV-PR consiste no conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, implementação, monitoramento e melhoria contínua da gestão de riscos por meio de toda a organização e compreende, entre outros: estrutura organizacional, planos, relacionamentos, responsabilidades, processos e recursos.

5.1 - INSTÂNCIAS E RESPONSABILIDADES

São instâncias responsáveis pelo Sistema de Gestão de Riscos:

- Plenário
- Presidência
- Comitê de Gestão de Riscos
- Coordenadoria de Gabinete Executivo
- Controladoria Geral
- Coordenadores Setoriais de Gestão de Riscos
- Gestores de Riscos

Cabe ao **Plenário** avaliar propostas de mudanças no Plano de Gestão de Riscos, bem como examinar matérias e processos de relevância concernentes à gestão de riscos, especialmente quando relacionados ao planejamento estratégico e ao programa de integridade do CRMV-PR.

Compete ao **Presidente do CRMV-PR**, com base em proposta elaborada pela Controladoria- Geral, validada pelo Comitê de Gestão de Riscos, definir os limites de exposição a riscos de abrangência institucional e ainda cumprir e fazer cumprir o Plano de Gestão de Riscos da Autarquia.

O Comitê de Gestão de Riscos tem como atribuição discutir, elaborar, revisar e atualizar periodicamente o Plano de Gestão de Riscos do CRMV-PR, a partir das diretrizes e do Plano do Conselho Federal de Medicina Veterinária — CFMV.

A Coordenadoria de Gabinete Executivo desempenha o papel de gestor de risco de objetos de gestão que tenham natureza estratégica e transversal (envolvendo diferentes áreas), bem como a validação dos riscos identificados pelas áreas, após consolidação e encaminhamento pela Controladoria Geral. Ainda, em conjunto com a Controladoria, definir critérios para priorização dos processos que deverão ser objeto de gestão de riscos, considerando a transversalidade e o impacto desses processos nos objetivos estratégicos do CRMV-PR.

A Controladoria Geral desempenha o papel de unidade central de coordenação e supervisão da gestão de riscos no CRMV-PR e é responsável por:

- identificar, entre os riscos comunicados pelos gestores, aqueles que, em função do impacto potencial no CRMV-PR, devem ser conhecidos pela Alta Administração (riscos-chave);
- identificar e avaliar os riscos sob responsabilidade dos coordenadores setoriais e aqueles referentes aos objetivos estratégicos do CRMV-PR; e
- monitorar os riscos-chave periodicamente.

Os possíveis riscos-chave identificados e consolidados pela Controladoria deverão ser levados à Coordenadoria de Gabinete Executivo para validação.

Os riscos-chave validados serão objeto de monitoramento por parte da Controladoria Geral e suas situações deverão ser comunicadas periodicamente à Alta Administração.

O Coordenador Setorial de Gestão de Riscos (papel desempenhado pelos ocupantes das funções de liderança/confiança das áreas), é responsável por gerenciar os riscos da área sob sua responsabilidade e:

- coordenar ações e promover a execução do gerenciamento dos riscos no âmbito da sua área de atuação;
- coordenar a implementação de respostas aos riscos sob sua responsabilidade, realizando o tratamento do risco de forma a obter o menor risco residual possível em uma próxima avaliação;
- conduzir o respectivo processo de gestão de riscos no âmbito de sua área, conforme descrito no item 6 deste Plano; e
- prover informações, relatórios e dados à Controladoria Geral.



Espera-se que o coordenador setorial de riscos atue como promotor da gestão de riscos na sua área e na sua equipe de trabalho. Essa atuação pode incluir a sugestão de processos de trabalho que devam ter seus riscos geridos, bem como o acompanhamento da evolução da gestão de riscos na área e das medidas mitigadoras implementadas.

Gestor de Riscos é a pessoa, papel ou estrutura com responsabilidade para gerenciar um risco, com atribuição de executar as atividades do processo de gestão de riscos dos objetos de gestão sob sua responsabilidade. O gestor de risco pode ser:

- responsável por um processo, atividade ou ação de plano institucional;
- gestor de projetos; e
- gestor de nível operacional.

O gestor de risco deve:

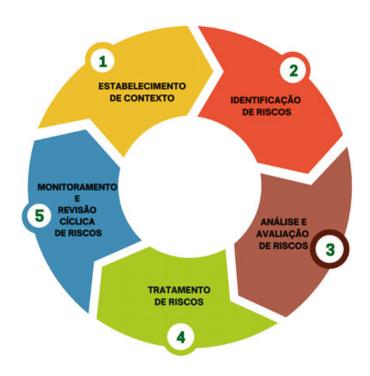
- identificar os objetos de gestão sob sua responsabilidade (projetos, processos, atividades, ações, etc.);
- comunicar ao coordenador setorial de gestão de riscos os resultados das avaliações de risco realizadas nos objetos de gestão sob sua responsabilidade; e
- implementar as respostas aos riscos sob sua responsabilidade, realizando o tratamento do risco de forma a obter o menor risco residual possível em uma próxima avaliação.



6 - PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

Dada a natureza multidisciplinar da gestão de riscos, o processo deve ser conduzido, preferencialmente, de forma coletiva, em oficinas de trabalho, por pessoas que conheçam o objeto.

Apoiado na Política e na Metodologia de Gestão de Riscos do Sistema CFMV/CRMVs, para realizar a gestão de riscos de quaisquer processos, projetos ou atividades, as seguintes etapas devem ser seguidas:



- **6.1 -** Estabelecer o Contexto consiste em compreender os ambientes interno e externo nos quais o objeto de gestão de riscos se encontra inserido e em identificar parâmetros e critérios a serem considerados no processo de gestão de riscos. O propósito do estabelecimento de contexto é personalizar o processo de gestão de riscos, permitindo o correto sequenciamento e diagnóstico das ações posteriores, e um tratamento apropriado dos mesmos. Essa etapa dos trabalhos consta destrinchada no item 7 deste material.
- **6.2 -** Identificar os Riscos significa encontrar, reconhecer e descrever eventos (riscos) que possam ajudar ou impedir os processos, projetos ou atividades a alcançar seus objetivos. Existem ferramentas, fontes de consulta e técnicas que podem ser usadas nessa etapa, como, por exemplo, oficinas de trabalho, questionários, *brainstorming, checklists*, auditorias, fluxogramas, entre outros. No processo de identificação de riscos, deve-se buscar a participação de pessoas que conheçam bem o objeto de gestão de riscos. São dicas que facilitam a identificação dos riscos:

- Responder à pergunta-chave: o que pode atrapalhar o alcance do objetivo/resultado?
- Considerar os fatores de sucesso para a consecução dos objetivos qualquer evento que afete o fator de sucesso potencialmente afeta o objetivo/resultado.
- Considerar as principais fontes de riscos: infraestrutura, pessoal, processos e tecnologia.

6.3 - Analisar e Avaliar os Riscos significa mensurar os eventos de risco a partir dos graus de probabilidade e de impacto. Para a etapa de análise e avaliação dos riscos, o CRMV-PR utiliza a seguinte matriz:

					IMPACTO								
EXPOSIÇÃO				1		2		3	4		5		
			Ins	Insignificante Baixo		M	oderado	Е	levado	С	rítico		
	1	Remoto	11	RB	12	RB	13	RM	14	RA	15	RA	
	2	Improvavel	21	RB	22	RB	23	RM	24	RA	25	RE	
PROBABILIDADE	3	Possivel	31	RB	32	RM	33	RA	34	RE	35	RE	
	4	Provável	41	RM	42	RA	43	RA	44	RE	45	RE	
	5	Quase certo	51	RM	52	RA	53	RE	54	RE	55	RE	
RISCO BAIXO RISCO MODERA				RI	SCO	ALT0		RISCO E	LFV	ΔΠΩ			

ESCALA DE PROBABILIDADE:

- Remoto: acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.
- 2. Improvável: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.
- 3. Possível: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.
- Provável: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte.
- 5. Quase certo: ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.

ESCALAS DE IMPACTO:

- 1. Insignificante: compromete minimamente o atingimento do objetivo; para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.
- 2. Baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.
- 3. Moderado: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.
- 4. Elevado: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.
- 5. Crítico: compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.

O nível de risco é dado pelo número inscrito em cada célula da matriz, não sendo obtido por qualquer fórmula matemática. São 25 possíveis níveis de risco, em que cada nível está associado a uma estimativa de probabilidade e de impacto.

A matriz ordena os possíveis níveis de risco, desde o mais baixo, ao qual é atribuído o nível 1 (evento remoto / muito raro, de impacto muito baixo), até o mais elevado, ao qual se atribui o nível 25 (evento quase certo e de impacto crítico / muito alto).

A partir do nível aferido, o risco será avaliado como: baixo, moderado, alto ou elevado.

6.4 - Tratar os Riscos significa definir as medidas de tratamento (ou resposta) a serem implementadas. Para a etapa de tratamento dos riscos, o CRMV-PR utilizará a seguinte escala:

F	Possibilidades de Tratamento dos Riscos (Respostas aos Riscos)								
ACEITAR	Um risco normalmente é aceito quando seu nível está nas faixas Insignificante , Baixo ou Moderado de apetite ao risco. Nessa situação, nenhum novo controle precisa ser implementado para mitigar o risco.								
TRANSFERIR	Um risco normalmente é transferido quando é classificado como Alto ou Extremo , mas a implementação de controles não apresenta um custo/benefício adequado. Ex.: Pode-se compartilhar o risco por meio de terceirização ou apólice de seguro, por exemplo.								
MINIMIZAR	Um risco normalmente é minimizado quando é classificado como Alto ou Extremo . A implementação de controles, neste caso, apresenta um custo/benefício adequado. Minimizar o risco significa implementar controles que possam diminuir as causas ou as consequências dos riscos, identificadas na etapa de Identificação e Análise de Riscos.								
EVITAR	Um risco normalmente é evitado quando é classificado como Alto ou Elevado e a implementação de contro- les apresenta um custo muito elevado, inviabilizando sua mitigação, ou não há entidades dispostas a com- partilhar o risco com o órgão. Evitar o risco significa encerrar o processo organizacional. Nesse caso, essa opção deve ser aprovada pela área de Gestão Estratégica.								



São dicas que facilitam a identificação de medidas de resposta ao risco, responder às seguintes perguntas-chave:

- Que medidas poderiam ser adotadas para reduzir a probabilidade de ocorrência do risco?
- Que medidas poderiam ser adotadas para reduzir o impacto do risco no objetivo/resultado?
- É possível adotar medidas para transferir o risco?

As medidas mitigadoras podem envolver, por exemplo, a adoção de controles, o redesenho de processos, a realocação de pessoas, a realização de ações de capacitação, o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções de TI, a adequação da estrutura organizacional, entre outros.

6.5 - Por fim, **Monitoramento e Revisão Cíclica dos Riscos** referem-se a um conjunto de ações que tem como intuito assegurar que a gestão de riscos seja eficaz e contribua para o desempenho organizacional. Para tanto, deve-se medir o desempenho da gestão de riscos: o progresso obtido ou o desvio em relação ao plano; analisar criticamente e de forma periódica se o plano e a estrutura da gestão de riscos ainda são apropriados, dado o contexto externo e o interno institucional e reportar sobre o progresso do plano de gestão de riscos e como a política de gestão de riscos está sendo seguida.



7 - ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná — CRMV-PR é uma Autarquia Pública Federal, criada pela Lei Federal nº 5.517/1968.

Atualmente, o CRMV-PR possui **56** empregados públicos ativos, sendo 7 agentes de fiscalização, 5 médicos-veterinários, 3 advogados, 32 assistentes administrativos, 1 assistente técnico em informática, 1 assistente de seção financeira e pessoal, 1 assessor de comunicação, 1 assessor de tecnologia da informação, 1 assessor de análise e desenvolvimento de sistemas, 2 assessores especiais, 1 assessor contábil, 1 servente e 2 postos de serviços terceirizados. A equipe da fiscalização representa **21,42**% do quadro funcional e todos os colaboradores lotados em áreas finalísticas correspondem a **37**% do quadro funcional da Autarquia.

Em 2021, o CRMV-PR realizou **6.406** fiscalizações, sendo 5.906 proativas e 500 reativas. A fiscalização recebeu **445** denúncias contra estabelecimentos e **38** sobre exercício ilegal das profissões. Houve **85** processos éticos instaurados e **116** processos éticos julgados. Foram registradas **728** novas empresas e **1.437** novos profissionais, sendo 1.385 médicos-veterinários e 52 zootecnistas. Havia ainda **7.814** anotações de responsabilidade técnica homologadas e vigentes no referido exercício. O índice geral de inadimplência de profissionais e empresas com a anuidade de 2021 foi de **20,18**%. Na ouvidoria foram atendidas **475** solicitações, sendo mais de **90**% no prazo de até **15** dias úteis. Quanto ao perfil do público atendido, foram, em sua maioria, médicos-veterinários (78%); houve também um número considerável de cidadãos (20%).

Em 2021, o investimento financeiro para as atividades finalísticas institucionais foi de 40,88%.

Para o exercício de 2022, foi previsto um orçamento de R\$ 17.388.600,00.

No âmbito da Controladoria Geral do CRMV-PR, visando à melhoria processual e ainda mitigar riscos, há, desde 2017, a realização periódica de auditorias de verificação de conformidade em diversos processos de gestão financeira e de gestão administrativa, são exemplos de auditorias já realizadas: transferências voluntárias de recursos, diárias e prestação de contas, verbas de representação, jetons, adiantamento e suprimento de fundos, despesas judiciais (custas, honorários e restituições anuidades), pregão eletrônico, contratação direta por dispensas de licitação, pagamentos e retenções de tributos e contribuições, autos de infração e autos de multa, inscrição de pessoa física principal, transferência de pessoa física, cancelamento de inscrição de pessoa física, cancelamento de inscrição de pessoa jurídica, escala de férias, pagamento e fruição de férias e de indenizações. A Controladoria, após aplicação dos *checklists* e avaliação das constatações, elabora e encaminha o relatório à autoridade máxima do CRMV-PR, para conhecimento e adoção das medidas saneadoras, caso necessárias.

A Controladoria também atua na promoção da gestão de riscos mediante a elaboração e o monitoramento de Matrizes de Riscos e Controles (MRC), sempre em conjunto com as áreas responsáveis pelos processos. Inicialmente foram identificados, analisados e avaliados os riscos dos processos finalísticos institucionais, quais sejam: processo ético-profissional, processo de registro de pessoa física e processos de fiscalização. Semestralmente, são coletados indicadores de desempenho, com o intuito de verificar se a área tratou os riscos e se seguiu os ritos estabelecidos em conformidade ao que dispõe as normas regulamentadoras dos processos. A Controladoria, após análise dos resultados, elabora e encaminha relatório à autoridade máxima do CRMV-PR, para conhecimento e adoção das medidas saneadoras, caso necessárias. Ainda, em 2022 foram implantadas as matrizes de riscos e controle em compras e contratações, em pregão eletrônico e em integridade: fraude e corrupção, sendo a última definida de acordo com o estabelecido na Política Antifraude e Anticorrupção da Autarquia, também implantada em 2022.

Há ainda a Comissão de Tomada de Contas - CTC, cuja designação se deu por meio da Portaria CRMV-PR nº 21/2021, composta por seis membros, sendo um presidente, dois membros titulares e dois suplentes. A CTC destina-se a emitir Relatório e Voto ao Plenário do CRMV-PR sobre prestação de contas anual e outras medidas que forem necessárias ao desempenho de suas funções.

Alinhado à tendência mundial de promoção da integridade, o CRMV-PR elaborou um programa contendo as diretrizes que visam contribuir para um ambiente de integridade no âmbito da Autarquia, tendo como pilares estruturadores a conduta ética, a honestidade e a conformidade junto a públicos do corpo funcional, da sociedade e parcerias institucionais e comerciais. As ações apresentadas no programa pressupõem o trato das mais diversas questões organizacionais, como: alteração da cultura, envolvimento dos mais diversos líderes (gestores de processos e projetos), ação conjunta entre as áreas, avaliação, sugestão de melhoria e redesenho de processos e atividades, (re)definição de objetivos estratégicos e táticos adequados à missão, visão e valores da instituição, reavaliação e sugestão de modelos de controle e correição, diligenciamento nas contratações de fornecedores e terceiros, avaliação de maturidade da instituição, mapeamento e gestão dos riscos aos quais o CRMV-PR está submetido, enfim, compromisso com a integridade, ética, transparência, moralidade e gestão adequada dos recursos públicos.

Desde 2014, a elaboração do Planejamento Anual do CRMV-PR conta com a participação e consulta aos assessores regionais, presidentes de comissões temáticas, quadro funcional, diretoria executiva e conselheiros, considerando em especial as diretrizes da gestão e a análise de cenário (normas legais, orçamento, recursos humanos e tecnológicos, processos internos, resultados para a sociedade, entre outros). Após desdobramento dos planos de ação pelo nível tático, o Plenário da Autarquia procede a análise e aprovação do material. Além do plano de ação mencionado, também é preparado anualmente o Plano de Atividades, no qual estão descritos e são encaminhados ao CFMV, além dos projetos, os desafios, as perspectivas, metas e ações tático-operacionais definidas pelas principais áreas de atuação do CRMV-PR. Para 2022, foram previstos 28 planos de ação distribuídos entre os diversos objetivos estratégicos institucionais.

Considerando a identificação da necessidade de revisão do Plano Estratégico, em 2022 foi contratada empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e elaboração de novo Planejamento Estratégico ao CRMV-PR, para execução no período de 2023 a 2028. Constou na contratação, a previsão para a elaboração da Matriz de Riscos estratégicos, com base na análise dos cenários interno e externo da Autarquia.

POR TRABALHO ESTRATÉGICO DIRETO DOS CRMVS, SUAS AÇÕES FINALÍSTICAS SÃO:

- 1. Fiscalizar o exercício das profissões de médico-veterinário e zootecnista.
- 2. Registrar profissionais e empresas residentes na jurisdição.
- Funcionar como tribunal de honra dos profissionais, zelando pelo prestígio e bom nome da profissão.
- 4. Orientar, supervisionar e disciplinar as atividades referentes à profissão de médico-veterinário e zootecnista.
- 5. Prestar serviço de órgão/instância de consulta da União, Estados e Municípios, em todos os assuntos referentes às profissões de médico-veterinário ou zootecnista.

Portanto, sua missão, visão e valores estão descritos em diversos normativos, à inteira consulta das classes profissionais e da sociedade como um todo.

O Portal da Transparência e Prestação de Contas do CRMV-PR tem como objetivo dar transparência e publicidade às medidas e aos atos praticados pela Autarquia, permitindo que cada cidadão exerça o papel de fiscal sobre a correta aplicação dos recursos disponíveis, de acordo com o contido na Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011) e demais normas sobre o tema. Os dados e relatórios disponibilizados no portal são elaborados pelas diversas áreas e atualizados mensalmente por colaborador designado para atuar como responsável pela LAI no âmbito da Autarquia. Os relatórios são mais uma ferramenta que o Conselho apresenta para, de forma transparente e aberta, demonstrar à sociedade o que foi planejado, executado e gasto.

Nesse sentido, a sociedade cada vez mais exige das entidades públicas boas práticas de gestão, acompanhado de um serviço transparente e eficiente. O fortalecimento do gerenciamento de riscos é mais um desafio que o CRMV-PR assume para ser ainda mais uma entidade que atue no controle e na prevenção de diversas situações que possam causar danos à gestão, aos usuários dos serviços públicos e à sociedade.

Para tanto, o CRMV-PR utilizará a Metodologia do Plano de Gestão de Riscos proposta pelo CFMV (5MGR), considerando os 80 riscos identificados, os quais foram avaliados pelo Comitê de Gestão de Riscos do CRMV-PR, instituído com o objetivo de discutir e elaborar o Plano de Gestão de Riscos do CRMV-PR.

O fortalecimento e a consolidação dessa mudança de cultura se deram com a participação do CRMV-PR nas Oficinas em Gestão de Riscos promovida pelo CFMV, realizadas em Aracajú - SE e Belo Horizonte - MG.

Isso posto, há um número crescente e "mutante" de riscos enfrentados pelas organizações públicas e privadas. Alguns estarão ligados mais à gestão e ao orçamento, outros à governança corporativa e clientes, a mudanças de legislação e/ou mercado de trabalho; tudo isso em um ambiente econômico e tecnológico turbulento e sujeito às próprias inovações. Se a instituição pública não conseguir sequer observar tais movimentos, como um "observatório" a minimamente acompanhar essas mudanças, corre sério risco de se tornar obsoleta e "surda" às demandas da sociedade.

Existe, de forma geral, a implantação da cultura de Gerenciamento de Riscos no âmbito do Regional; nos próprios setores já acontece esse controle, seja por instinto, seja pelo cumprimento às normativas que regem o Sistema CFMV/CRMVs. No entanto, é imperativo que a cultura da Gestão de Riscos seja fortalecida de forma a exercer um gerenciamento eficaz. **Esse trabalho envolve uma mudança de processo e de cultura.** Por isso, em 2022 foi realizado pela Controladoria, o encontro "Diálogo sobre Gestão de Riscos e Controles Internos", voltado às lideranças das áreas internas da Autarquia, a fim de fomentar e internalizar práticas importantes sobre o processo de gerenciamento de riscos como ferramenta de gestão.

Dos 80 riscos mapeados pelo CFMV, o CRMV-PR pretende trabalhar, a partir de 2023 com a gestão e monitoramento dos riscos de maior prioridade, classificados como "elevados", e nos anos seguintes com os riscos classificados como "altos", na sequência, os "moderados" e finalmente, os "baixos", sendo observado sempre o contexto no qual o CRMV-PR está inserido à época. Para tanto, a Controladoria Geral do CRMV-PR deve monitorar, ao menos semestralmente, a realização de ações de gestão e mitigação dos riscos.

A análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos serão feitos em planilha própria. A cada período finalizado, será encaminhado à Diretoria Executiva relatório detalhado com análise da gestão de riscos para conhecimento, análise e providências.

Adota-se aqui a <u>sistemática de planejamento/análise</u> proposta pelo Tribunal de Contas da União/TCU, para se fazer o "raio-X" dos contextos interno e externo. O plano deve ser sempre o produto de qualquer Planejamento Organizacional.

CONTEXTO INTERNO	CONTEXTO EXTERNO
Principais resultados	Principais stakeholders e seus interesses
 Cumprimento da missão institucional. Segurança da imagem institucional, de suas pessoas, e, em especial, dos profissionais médicos-veterinários e zootecnistas. Reputação da Autarquia fortalecida. Sinergia com as melhores práticas, do Brasil e Mundo, em Gestão de Riscos. Estabelecimento dos níveis de exposição a riscos institucionais adequados. Estímulo à inovação, transparência, resiliência, desburocratização e ação empreendedora no setor público de forma responsável, considerando riscos e também oportunidades. Liderança, compromisso, apoio da Alta Administração e accountability 	 Médicos-veterinários e zootecnistas: regulação, representação, supervisão e fiscalização. Sociedade: orientação e responsabilização social. Mercado: regulação, supervisão e fiscalização Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: relação harmônica e equilibrada (freios e contrapesos da Administração Pública). Órgãos de controle/fiscalização/regulação: controle, fiscalização e regulação. Imprensa: construção de imagem e mídia satisfatória aos interesses do CRMV-PR.
Pessoas-chave (setores)	Recursos externos
 Plenário do CRMV-PR Presidente do CRMV-PR Assessoria Técnica, Jurídica e Especial Gestão de Pessoas Coordenadoria de Gabinete, Controladoria e Lideranças 	- Arrecadação, compondo seu orçamento anual. - Processos de análise de ambiente (inteligência competitiva).
Processos de trabalho mais importantes	Relevância dos resultados/entregas para o CRMV-PR
 Fiscalização Processo Ético-Profissional Atividade Cartorial Planejamento Estratégico Auditoria e Controle Gestão de Riscos Sessões Plenárias Ordinárias Sessões Especiais de Julgamento de Processos Éticos Reuniões de Diretoria Tomadas de Contas Especiais Transparência e Prestação de Contas 	 - Vínculo direto do planejamento estratégico e gestão de riscos ao orçamento do Regional (orientando a ação). - Motivação contínua do corpo funcional para o alcance de metas e objetivos.
Atividades que mais agregam valor	Relevância dos resultados/entregas para a sociedade
 Fiscalização Orientação Tribunal de Honra Registro de pessoas física e jurídica Auditoria e Controle Gestão de Riscos Gestão de Competências Comunicação interna e endomarketing 	- Rompimento de paradigmas de gestão. - Transparência, efetividade e cooperação. - Sustentabilidade ambiental e social.



CONTEXTO INTERNO	CONTEXTO EXTERNO
Recursos tecnológicos necessários	Setores ou entidades parceiras
- Comunicação Institucional (portais, redes sociais e mídias diversas) - Parque tecnológico atualizado periodicamente (hardwares e softwares)	 Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV) Fórum dos Conselhos Profissionais da Saúde do Paraná (FCRAS/PR) Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Instituto Água e Terra (IAT) Tribunal de Contas da União (TCU) Agência de Defesa Sanitária Agropecuária do Estado do Paraná Ministério Público do Estado do Paraná Sistema S Paraná e Sistema FIEP Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) Instituições de ensino da medicina veterinária e da zootecnia, entre outros stakeholders



8 - PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

9.1 - A partir do trabalho desenvolvido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, intitulado "Plano de Gestão de Riscos do Sistema CFMV/CRMVs", no qual foram identificados os 80 principais riscos relacionados às atividades do Sistema CFMV/CRMVs, divididos nos eixos: estratégico, operacional e conformidade, o Comitê instituído pelo **CRMV-PR**, com base nos recursos existentes, no cenário ao qual está inserido e nos processos de trabalho, realizou a análise, avaliação e alocação dos 80 riscos da seguinte forma:

Avaliação	Quantidade de Riscos	Grau de Prioridade	Tratamento dos Riscos
Risco Elevado	7	1	2023
Risco Alto	20	2	2024 e 2025
Risco Moderado	36	3	2026 e 2027
Risco Baixo	17	4	2028

9.2 - Os coordenadores setoriais de gestão de riscos e os gestores de riscos lotados nas áreas responsáveis pelos riscos constantes no Anexo I, serão encarregados de adotar as ações e as medidas de prevenção e mitigação dos riscos em seus processos de trabalho, especialmente aqueles classificados como "elevados" e "altos", de forma a obter o menor risco residual possível em uma próxima avaliação. Ainda, os Coordenadores Setoriais de Gestão de Riscos deverão, sempre que necessário, encaminhar as informações sobre as ações e as medidas adotadas para gerir e mitigar os riscos, e avaliação da Controladoria e Gestão Institucional.



9 - CONCEITOS-CHAVE

Risco: possibilidade de que um evento afete o alcance de objetivos.

Oportunidade: possibilidade de que um evento afete positivamente o alcance de objetivos.

Risco-chave: risco que, em função do impacto potencial ao CRMV-PR, deve ser conhecido pela Alta Administração.

Risco real: nível do risco que existe na situação concreta, considerados os controles porventura existentes.

Causa: evento ou condição cuja concretização ensejará a ocorrência do risco.

Evento: um ou mais incidentes ou ocorrências, provenientes dos ambientes interno ou externo, ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias, podendo também consistir em algo não acontecer.

Nível do risco: medida da importância ou significância do risco, considerando a probabilidade de ocorrência do evento e o seu impacto nos objetivos.

Medida preventiva: ação cuja implantação evita ou diminui a chance de uma causa se concretizar.

Medida atenuante: ação cuja implantação mitigará os efeitos negativos que surgirão se o risco se concretizar.

Gestão de riscos: atividades coordenadas para dirigir e controlar a organização no que se refere a riscos e a oportunidades.



REFERÊNCIAS

Manual de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União - TCU, 2ª Edição, 2020.

Resolução CFMV nº 1.416/2021 que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos – PGR do Sistema CFMV/CRMVs e dá outras providências.

Portaria CFMV nº 82/2021 - Aprova os "5 (cinco) Passos da Metodologia de Gestão de Riscos CFMV – 5MGR" e dá outras providências.

Cartilha de Gestão de Riscos do CFMV - 2022.



ANEXO I

				ANÁI	IISCOS	TRATAMENTO DOS RISCOS			
				PROBABILIDADE IMPACTO			AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	sco	AVALIAÇÃO	AO RISCO	A D
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	EL D	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	A GE
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N	RISCO ALTO	MINIMIZAR	ÁRE/
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
EIXO CONFORMIDADE	Controle Interno e Auditoria	1	1.1.1 Nos objetivos principais da Controladoria, como a (1) garantia de apresentação de informações adequadas ao processo decisório e a colaboração junto aos Diretores na busca da eficácia gerencial, com as informações constantes em Processo/Convênios/Contratos vindo sem a devida exatidão, podendo levar os Diretores do CRMV-PR a decisões imprecisas; e (2) a proteção dos Ativos da Instituição, atividade de alta agregação de valor e função típica de Controladoria, pode não se fazer acompanhar de uma política de redução/controle de gastos/despesas e nem de otimização de custos, podendo levar o CRMV-PR a erro; (3) a ausência de uma visão ampla e sistêmica na Autarquia, com a colaboração da Controladoria, que leve em consideração fatores como processos organizacionais, estrutura, informações técnicas/contábeis/financeiras de qualidade e controles internos, pode levar a Administração da Autarquia a erro; (4) bem como a implantação de políticas, programas e projetos, alinhados a processos de trabalho e controles internos e externos, que tenham o Setor de Controladoria como Gestor, ainda são insuficientes para as demandas da Autarquia, podendo levar a Direção do CRMV-PR a erro, com riscos de conformidade.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Controladoria Geral
		2	1.1.2 A ausência de adequado comprometimento da Alta Administração da Instituição com a Gestão de Riscos, ocasionando a fragilidade de políticas, diretrizes, objetivos, programas, projetos, frameworks, metodologias e indicadores relacionados à matéria, pode comprometer o atingimento dos objetivos finalísticos da instituição como um todo, com riscos de conformidade, estratégicos e operacionais.	1	2	12	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo



				ANÁI	TRATAMENTO DOS RISCOS				
	ID.			PROBABILIDADE 1- REMOTO	IMPACTO 1 - INSIGNIFICANTE	00	AVALIAÇÃ0	RESPOSTA AO RISCO	V D0
	ID	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO	
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	E D(RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GESTOI RISCO
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N.	RISCO ALTO	MINIMIZAR	HEA I
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	À
EIXO CONFORMIDADE	Controle Interno e Auditoria	3	1.1.3 Face a falhas na Gestão do Setor de Controladoria, tais como (1) baixa normatização de projetos/planos/ações na Instituição ou mesmo no Sistema Federal/Regionais, pode ser um risco às atividades da Controladoria, (2) o baixo uso, ou mesmo inexistência, de um Sistema de Informações (para Controladoria) que tenha foco em Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, e que atenda aos diferentes públicos da Instituição (Alta Administração, Gestores de Áreas, Colaboradores, Fornecedores, Parceiros), (3) a ausência de indicadores de desempenho e resultado para Gestão de Riscos, Governança e Auditoria Interna/Externa que possam gerar percepção de valor pela Alta Administração e (4) ausência de capacitações (reciclagem de conhecimentos) para resolução de problemas no CRMV-PR, podem levar a decisões equivocadas, com riscos de conformidade.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Controladoria Geral
EIXO CONF	Controle Inter	4	1.2.1 Por conta de falhas e impropriedades verificadas no escopo de trabalhos no âmbito de Controles Internos, Governança, Auditoria e Compliance, tais como (1) ausência de regras claras e objetivas quanto aos procedimentos administrativos a serem feitos nestes campos de trabalho, (2) descumprimento a normas legais, bem como a políticas internas e externas, colocando em risco a Organização, (3) negativas de acesso à documentação processual (Convênios, Contratos, Termos de Repasse, Acordos, Outros) a órgãos de controle interno e externo, bem como (4) desajustes entre as estruturas de trabalhos e os processos inerentes, com setores que não tenham suas competências bem discriminadas, levando a ruídos e atritos entre si, com perda de performance e objetividade organizacional, podem levar os Diretores da Instituição a erro, com riscos de conformidade.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Controladoria Geral Gabinete Executivo



				ANÁI	LISE E AVALIAÇÃO I	DOS R	IISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE IMPACTO			AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
	ID			1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	SC0	AVALIAÇAU	AO RISCO	A D
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	E D	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GES
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	À
	Controle Interno e Auditoria	5	1.3.1 Devido a falhas e impropriedades no processo de Gestão de uma Tomada de Contas Especial - TCE, tais como (1) ausência de procedimentos claros e transparentes para sua instauração, com vícios legais e/ou administrativos, (2) descrição inespecífica, seja por critérios qualitativos e/ou quantitativos, dos danos causados ao Erário, (3) sem indicação clara, precisa e objetiva dos responsáveis aos danos materiais/financeiros na referida TCE, ou mesmo (4) ausência de documento formal (Portaria ou congênere) indicando a composição formal da Comissão de TCE, podem levar os Diretores da Instituição a erro, com riscos de conformidade.	2	2	22	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo
EIXO CONFORMIDADE	Transparência	6	2.1.1 Face a impropriedades verificadas no fluxo de trabalho Gestão da Transparência Pública, como (1) ausência de completo atendimento a determinações legais (como o disposto na Lei 12.527/11 – LAI), normativas (como na Instrução Normativa TCU 84/2020) e de Órgãos de Controle (como no Acórdão TCU 96/2016), além de adoção de boas práticas da Administração Pública (conforme trazido no "Manual de Ouvidoria Pública: rumo ao sistema participativo", da CGU), somada a ausência da disponibilização do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, previsto no art. 9º, I, da Lei 12.527/2011, (2) ausência de designação formal do servidor encarregado pelo Portal da Transparência da instituição, via Portaria, e (3) ausência de capacitações e treinamento (reciclagem de conhecimentos) a profissionais do setor, ou que pelo menos lidem com o atendimento e ainda (4) sem a utilização de sistema para a publicação ativa e em tempo real das informações, pode levar a Alta Direção a erro, com riscos de conformidade.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Assessoria de Comunicação



			ANÁ	LISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
			PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	
			1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	SC0	AVALIAÇAU	AO RISCO	A D
ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	O RIS	RISCO BAIXO	ACEITAR	GESTOR
			3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	NÍVEL DO RISCO	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	ÁREA GESTORA DO RISCO
			4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NÍV	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
			5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	,,,
Ouvidoria	7	3.1.1 Devido a falhas e impropriedades na Gestão de Ouvidoria, tais como (1) ausência de estruturação do Setor de Ouvidoria, o qual muitas vezes responde a demandas da sociedade somente via correio eletrônico, sem a utilização de um Sistema de Gestão (como a plataforma Fala.BR) que permita o controle e a comunicação devida entre Conselhos Regionais e Conselho Federal, (2) ausência de designação formal do servidor encarregado pela Ouvidoria, via Portaria da Instituição, e (3) necessidade de capacitações e treinamentos de colaboradores para o bom exercício da função (especialmente em legislações pertinentes, como a Lei 13.460/17 - Lei da Ouvidoria, Lei 12.527/11 — Lei de Acesso à Informação/LAI e Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD), podem levar a Alta Administração a tomada equivocada de decisão e sanções administrativas, com riscos de conformidade.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Assessoria de Comunicação
Planejamento	8	4.1.1 A falta de compreensão da importância do Planejamento Estratégico pode gerar (1) a alocação insuficiente de recursos financeiros, logísticos e humanos por parte da Alta Administração, (2) a subvalorização da necessidade de solicitações de capacitação dos Regionais ao Federal (reciclagem de conhecimentos) (3) ou mesmo a ausência de envolvimento e percepção de pertencimento das equipes e seus setores em conjunto com a Alta Administração, com riscos estratégicos.	1	2	12	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo
	9	4.1.2 Devido a falhas e obstáculos no escopo de Planejamento Estratégico, como (1) ausência de mapeamentos, análises e diagnósticos de perfis e públicos de interesse, com retroalimentação de dados e informações, (2) baixa conectividade entre o planejamento orçamentário e a construção do planejamento estratégico, (3) ausência de objetivos e metas para atingimento de resultados, (4) ausência de metodologias e fluxos ágeis que permitam a otimização do processo de trabalho (como ciclo de planejamento burocrático, etapas muito longas, metodologias e sistemas não-aderentes à realidade da Instituição), podem levar a Direção da Autarquia a erro, com riscos estratégicos.	2	2	22	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo



				ANÁI	ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS				
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
	ID		1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	sco	AVALIAÇÃO	AO RISCO	₹A D	
	ΙD		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	믭	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GE RIS
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N/S	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	Ā
	Planejamento	10	4.2.1 Face a deficiências e impropriedades na gestão de Análise de Cenários nesse campo, como (1) não-coleta de dados e informações em fontes e portais eletrônicos de Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores (Poder Legislativo) que causem impactos à atividade salvaguarda do Profissional do Sistema, (2) ausência de coleta e análise de informações em portais e fontes eletrônicas de informações do Poder Judiciário e Executivo, como o Diário Oficial da União/DOU e Diário Oficial/DO de determinada UF, especialmente em áreas como educação, saúde e agropecuária, e tudo o mais que se refira à Gestão Pública, podem levar os Diretores da Instituição a erro, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo
EIXO ESTRATÉGICO		11	5.1.1 A ausência da atividade fiscalizatória da Autarquia, ou mesmo a sua insuficiência/ineficiência, pode comprometer os atingimentos dos objetivos finalísticos da Instituição como um todo, com riscos estratégicos.	1	2	12	RB	ACEITAR	Assessoria Técnica e Fiscalização
(II)	Fiscalização	12	5.1.2 A ausência de alocação efetiva de recursos financeiros, humanos e logísticos para fiscalização (como por exemplo número insuficiente de fiscais ou mesmo fiscais não médicos veterinários e/ou não devidamente capacitados) pode comprometer o atingimento dos objetivos finalísticos da instituição como um todo, com riscos estratégicos.	1	2	12	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo Gestão de Pessoas
		13	5.1.3 A ausência da instituição de um Plano de Fiscalização, estabelecido a partir de estratégias (com atenção em Pessoas Jurídicas que geram maiores riscos, como empresas assessoradas por profissional com número excessivo de RTs), diretrizes (com o estabelecimento de roteiros de fiscalização) e técnicas de inovação (como implementação de ferramentas de otimização) pode comprometer o atingimento dos objetivos finalísticos da instituição como um todo, com riscos estratégicos.	1	3	13	RM	MINIMIZAR	Assessoria Técnica e Fiscalização



				ANÁI	TRATAMENTO DOS RISCOS				
	ID.			PROBABILIDADE IMPACTO 1- REMOTO 1 - INSIGNIFICANTE		93	AVALIAÇÃO	RESPOSTA AO RISCO	4 D0
	ID			2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO];];	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GESTO RISCO
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NÍN	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	À
		14	5.1.4 Face a impropriedades verificadas na Gestão da Fiscalização no âmbito da Autarquia, como o processo de fiscalização sem o estabelecimento de critérios objetivos de análise a partir da legislação e jurisprudência local, sem a devida segurança jurídica, pode levar a Diretoria a erro, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Assessoria Técnica e Fiscalização
EIXO ESTRATÉGICO	Fiscalização	15	5.1.5 Face a impropriedades verificadas na Gestão da Fiscalização no âmbito da Autarquia, como desalinhamento de métodos e procedimentos entre os entes envolvidos na Gestão da Fiscalização (em especial no relacionamento com Setores Jurídico e Administrativo) e mesmo a ausência de um Sistema de Gestão para o devido acompanhamento dos processos de fiscalização, pode a Diretoria ser levada a erro, com riscos estratégicos.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Assessoria Técnica e Fiscalização
		16	5.1.6 Devido a impropriedades elencadas na Gestão do Processo de Fiscalização, tais como (1) erros no preenchimento dos formulários (Termos de Fiscalização e autos), (2) descompasso entre os comprovantes de fiscalizações realizadas versus relatórios gerados, (3) descumprimento de orientações, treinamentos, capacitações e atos normativos, bem como (4) não-realização ou lentidão na verificação de denúncias recebidas, tudo poderá levar a Alta Administração do Conselho a erros em suas decisões, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Assessoria Técnica e Fiscalização
	Coordenação e Assessoria	17	6.1.1 Em decorrência da ausência de pla- nejamento das atividades e objetivos das demandas afetas ao Gabinete da Presidência, a análise de processos internos e externos poderá acarretar (1) um dispêndio de tempo excessivo, ocasionado uma deliberação inócua ou ineficiente, ou mesmo (2) uma tomada deci- são açodada, não fundamentada em pareceres técnicos ou exames sobre o impacto decor- rente, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo



				ANÁI	LISE E AVALIAÇÃO I	DOS F	niscus					
				PROBABILIDADE 1- REMOTO	IMPACTO 1 - INSIGNIFICANTE		AVALIAÇÃ0	RESPOSTA AO RISCO	0 O V			
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO			
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	ויי ס	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GESTOI RISCO			
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	ME	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA			
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO	_	RISCO ELEVADO	EVITAR	Ā			
	Coordenação e Assessoria	18	6.1.2 A demora ou precipitação no posicionamento do Conselho perante fatos e notícias de grande impacto à Medicina Veterinária e Zootecnia, sendo a Autarquia referência científica e fonte de informação oficial para imprensa e sociedade como Autoridade Máxima e formador de opinião pública, pode levar a instituição e seus diretores a erro, com riscos estratégicos.	3	3	23	RA	MINIMIZAR	Diretoria Executiva - Gabinete Executivo Assessoria de Comunicação			
		19	6.1.3 O baixo relacionamento institucional com stakeholders (fornecedores, órgãos de controle e fiscalização, outros conselhos de classe, governo, mercado e academia) pode fazer com que o Conselho se desconecte de políticas públicas, cenários e oportunidades aos Profissionais Médico Veterinários e Zootecnistas, colocando a Autarquia em riscos de conformidade, estratégicos e operacionais.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Diretoria Executiva - Gabinete Executivo Assessoria de Comunicação			
EIXO ESTRATÉGICO		20	6.1.4 O alto índice de inadimplência em determinados Regionais, que acaba por comprometer a Gestão, sustentabilidade do Sistema CFMV/CRMVs, ações de fiscalização e a própria arrecadação das Autarquias como um todo, pode levar os Diretores a erro na tomada de decisão, com riscos estratégicos.	2	2	22	RB	ACEITAR	Seção de Cobrança Assessoria Jurídica			
	0)	21	6.1.5 Face a inconsistências na Gestão específica de Processos Ético-Profissionais/PEPs, tais como (1) instauração de processos sem os devidos requisitos formais, podendo ensejar até mesmo seu arquivamento sem análise da sua fundamentação legal e escrita, (2) análise equivocada de documentação e requisitos dos PEPs, levando a não-aplicação de penalidades ao profissional ou mesmo prescrição de prazo, por lento andamento processual, (3) não-divulgação à sociedade das penalidades públicas e possíveis multas em sequência ao trânsito em julgado de tais processos; (4) não-anotação na ficha do profissional (ou base de dados) das sanções aplicadas, para informação acerca de possível reincidência, e ainda (5) exercício de atividades pelo profissional enquanto suspenso ou mesmo cassado, podem levar a Diretoria a erros, com riscos estratégicos, de conformidade e operacionais.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Assessoria Especial			



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE 1- REMOTO	IMPACTO 1 - INSIGNIFICANTE	00:	AVALIAÇÃ0	RESPOSTA AO RISCO	A D0
	ID			2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	EL D	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NÍN	RISCO ALTO	MINIMIZAR	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	•
		22	6.1.6 A descontinuidade técnica e institucional de políticas, programas e projetos, sob condução do Conselho, principalmente nas ocasiões de transição política de Gestão, pode levar o Conselho à tomada de decisão equivocada, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo
EIXO ESTRATÉGICO	Coordenação e Assessoria	23	6.2.1 Devido a falhas, indícios e impropriedades na Gestão de Convênios, como (1) utilização de recursos para finalidades diferentes e/ ou não previstas no Convênio; (2) realização de despesas fora da vigência do Convênio; (3) transferência de recursos da conta corrente específica para outras contas; (4) saque total ou parcial dos recursos do Convênio sem levar em conta o cronograma físico-financeiro de execução do objeto; (5) saque dos recursos para pagamento de despesas em espécie sem autorização legal; (6) pagamentos sem atestos e/ou antecipados a fornecedores de bens e serviços; e (7) retirada de recursos para outras finalidades com posterior ressarcimento, ou mesmo a (8) própria ausência de procedimentos técnicos internos, sem profissionais com conhecimento para exercício de tais atribuições, a Diretoria Executiva poderá ser levada a erros, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gestor e Fiscal do Convênio Seção de Contabilidade
		24	6.2.2 Devido a falhas, indícios e impropriedades na Gestão de Convênios, como (1) ausência de conciliação entre os débitos em conta e os pagamentos efetuados; (2) não-aplicação ou não-comprovação de contrapartida; (3) ausência de aplicação de recursos do Convênio no mercado financeiro, quando o prazo previsto de utilização for superior a 30 dias; (4) uso dos rendimentos de aplicação financeira para finalidade diferente da prevista no Convênio e (5) não devolução do saldo financeiro ao Concedente, a Diretoria Executiva poderá ser levada a erros, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gestor e Fiscal do Convênio Seção de Contabilidade



				ANÁI	TRATAMENTO RISCOS	DOS			
				PROBABILIDADE	ІМРАСТО		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	
			IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS 2 3 4	1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	000	AVALIAÇÃO	AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
	ID			2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO		RISCO ALTO	MINIMIZAR	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
		29	6.3.2 Quando o Assessoramento Técnico é realizado por Comissões Assessoras, a ausência de diretrizes, normatização e foco único, alinhados com o Planejamento Estratégico, pode gerar uma baixa produtividade ou mesmo produtividade divergente, decorrente do desvio de finalidade da Assessoria Técnica, que prima pelo atingimento de objetivos traçados pela própria Comissão em desacordo com os buscados pela Instituição, levando a Alta Direção a tomada de decisões equivocadas e intempestivas, com riscos estratégicos.	1	2	12	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo
001	Coordenação e Assessoria	30	6.4.1 A atuação dos Departamentos e Unidades Jurídicas do Sistema CFMV/CRMVs (por serem estruturados de modo não padronizado e por nem sempre serem integrados por servidores efetivos) pode ser comprometida em razão da descontinuidade decorrente da rotatividade própria e relacionada à mudança trienal de gestores, trazendo impacto às respectivas Diretorias e Plenários, com riscos estratégicos.	3	2	32	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo Gestão de Pessoas
EIXO ESTRATÉGICO		31	6.4.2 A atuação dos Departamentos e Unidades Jurídicas do Sistema CFMV/CRMVs (por serem estruturados de modo não padronizado/sistematizado e por nem sempre serem integrados por servidores efetivos) pode ser comprometida em razão da não previsão de atuação jurídica em todas as frentes (consultiva, contenciosa e judicante), bem como em razão da ausência de capacitações (reciclagem de conhecimentos) para o seu corpo jurídico e corpo administrativo, bem como o baixo uso de soluções tecnológicas, trazendo impacto às respectivas Diretorias e Plenários, com riscos estratégicos.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Assessoria Jurídica Assessoria Especial da Presidência
		32	6.4.3 Devido à inconsistência na gestão de processos organizacionais afetos à Gestão Jurídica, tais como (1) ausência de definição de estratégias e diretrizes para o setor, vindas da Alta Administração, com estabelecimento claro e objetivo de um plano de atuação em casos sensíveis, bem como (2) ausência/dificuldade de atuação e/ou interlocução do setor Jurídico com os outros setores da Autarquia (como Fiscalização, Cobrança, Dívida Ativa, Julgamento/Processamento dos Processos Éticos Profissionais, Assessoria Técnica, Licitações), a Diretoria Executiva e Plenário podem ser levados à tomada de decisões equivocadas, com riscos estratégicos.	3	4	34	RE	MINIMIZAR	Assessoria Jurídica Assessoria Especial da Presidência



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	DOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	A D0
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	SCO	AVALIAÇÃO	AO RISCO	
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NE	RISCO ALTO	MINIMIZAR	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
	Coordenação e Assessoria	33	6.4.4 Devido à massificação da atividade jurídica, sobretudo na atuação contenciosa (execuções fiscais, embargos a execuções fiscais, Mandados de Segurança e Ações Ordinárias ajuizadas por profissionais e pessoas jurídicas com questionamentos acerca do registro, anotação de RTs, pagamento de anuidades etc.), torna-se vulnerável e comprometida a atuação e defesa dos interesses do Sistema, quer em razão de eventuais perdas de prazos judiciais, quer em razão da ausência de atualização técnica das peças ou a equivocada utilização de determinadas teses já padronizadas em processos com objeto distinto, com riscos estratégicos.	4	4	44	RE	MINIMIZAR	Assessoria Jurídica
EIXO ESTRATÉGICO	Comunicação	34	7.1.1 Face a impropriedades e falhas verificadas na Gestão da Comunicação, tais como (1) ausência de estratégia interna e de diretrizes da Alta Administração para execução das atividades, (2) ausência de planejamento da Área de Comunicação ou de profissionais que exerçam tais atividades, (1) ausência de definição (em tempo hábil) sobre campanhas/projetos de comunicação, (4) comunicações realizadas de modo informal para tomada de decisão, (3) ausência de alinhamento entre Diretoria — Recursos Humanos — Setor de Comunicação, em especial quanto aos informes direcionados aos Colaboradores da Autarquia, (4) ruídos na comunicação, sem estratégia de mitigação, podem levar os trabalhos da Diretoria a erro, com riscos estratégicos.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Assessoria de Comunicação
		35	7.1.2 Devido a falhas identificas nos trabalhos de Gestão da Comunicação, como (1) ausência de alocação de recursos financeiros, humanos ou logísticos às atividades, ou mesmo a insuficiência dos mesmos, (2) cobrança de metas e resultados sem a devida definição e alinhamento, gerando estresse e retrabalhos, (3) ausência de valorização e reconhecimento profissional, não gerando pertencimento dos Colaboradores à Instituição, podem gerar erros à atuação da Diretoria, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo Gestão de Pessoas



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	DOS R	RISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	NÍVEL DO RISCO		AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
				2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO		RISCO BAIXO	ACEITAR	
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	귤	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NE NE	RISCO ALTO	MINIMIZAR	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
EIXO ESTRATÉGICO	Comunicação	36	7.2.1 Devido a impropriedades na Gestão da Comunicação, tais como (1) ausência de políticas de comunicação, bem como de linha editorial clara e focada em públicos de interesse, como Sociedade, Estudantes, Médicos Veterinários e Zootecnistas, gerando somente trabalhos por demanda, (2) ausência de estratégia interna e de diretrizes da Alta Administração para execução das atividades, fazendo trabalhos somente reativos, (3) ausência de Portas Vozes com a devida qualificação, sem estratégia de mitigação nem mesmo quanto a impactos políticos, podem levar a Direção da Autarquia a erro, com riscos estratégicos.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Assessoria de Comunicação
EIXO OPERACIONAL		37	8.1.1 Devido a falhas e impropriedades no escopo de elaboração e aprovação do Orçamento e suas Finanças, tais como (1) ausência de publicação no DOU e Portal da Transparência após aprovado, (2) carência em capacitações e treinamentos (reciclagem de conhecimentos), (3) inadequação da previsão orçamentária em desrespeito à previsão de gastos em atividades fim e meio, (4) ausência de alinhamento entre o Planejamento Estratégico e a Proposta Orçamentária da Autarquia, (5) remessa de previsão de custos pelas áreas em prazo intempestivo, (6) apresentação de peças orçamentárias em desacordo com a Resolução CFMV 1049/2014, (7) apresentação de Proposta Orçamentária com superdimensionamento de arrecadação ou inconsistências quanto à modalidade de gastos no ano subsequente, (8) não-cumprimento do prazo para protocolamento da peça orçamentária da Instituição, bem como um (9) "desencontro" da prévia orçamentária da Instituição Federal com os orçamentos apresentados pelos Regionais, pode fazer com que a Diretoria tome decisões equivocadas, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Contabilidade



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO DOS RISCOS		
				PROBABILIDADE 1- REMOTO	IMPACTO 1 - INSIGNIFICANTE	00	AVALIAÇÃ0	RESPOSTA AO RISCO	4 D0	
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO	
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	EL D	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GES RIS	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N	RISCO ALTO	MINIMIZAR	RE/	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	,4	
		38	8.2.1 Devido a (1) inobservância à Norma Brasileira de Contabilidade — NBC aplicada ao setor público, e a (2) não aplicação da Contabilidade Gerencial (Contabilidade de Custos) que gera a impossibilidade da demonstração clara dos gastos nas atividades meio e fim, bem como (3) classificação contábil de gastos com Convênios, Diárias, Passagens, Jetons, Verbas de Representação como despesas sem o devido trâmite legal da comprovação do gasto na atividade a qual ele se destina, devendo figurar em conta analítica do Ativo Circulante até a comprovação do ato, podem levar a Diretoria a tomar decisões equivocadas, com riscos operacionais.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Seção de Contabilidade	
EIXO OPERACIONAL	Econômicos	39	8.2.2 Por conta de erros e falhas em atividades como Proposta Orçamentária e Reformulação Orçamentária, como (1) desalinhamento do Planejamento Estratégico com a elaboração do Orçamento, (2) ausência de alinhamento das necessidades dos Regionais com as devidas previsões orçamentárias do Federal e vice-versa, (3) ausência de solução tecnológica para elaboração da Proposta Orçamentária, bem como (4) não-observância da forma e dos prazos legais para entrega da Proposta e Reformulações Orçamentárias, podem levar a Diretoria a erro, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Contabilidade	
		40	8.2.3 Por conta de erros e falhas em atividades nos Balancetes Mensais, como (1) inobservância das classificações das despesas no devido trâmite processual e contas com saldo invertido dada a sua natureza, (2) transposição errada de Débito e Crédito em Contas Caixa e Clientes, (3) saldos discrepantes e (4) lançamentos contábeis não realizados, levará a Autarquia e seus Dirigentes a erro, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Contabilidade	



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	RISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	ІМРАСТО		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	SCO	AVALIAÇÃO	AO RISCO	A D
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	ᇤ	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GES
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NE NE	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	, d
EIXO OPERACIONAL	micos	41	8.2.4 Por conta de documentação técnica e contábil com falhas, como (1) realização de pagamentos sem autorização do Ordenador de Despesas, (2) Notas Fiscais sem atesto do Fiscal do Contrato, com dados incorretos, sem documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, e ainda com rasuras e/ou emendas e sem referência ao nº do Contrato ou Convênio, (3) ausência do respectivo comprovante de pagamento por quem de direito, (4) divergências nos controles contábeis (saldos e impostos a pagar), (5) inobservância das retenções na fontes de impostos e contribuições sociais e ainda (6) inobservância dos prazos para entrega das Notas Fiscais por parte dos Fornecedores ou Fiscais de Contrato ao departamento responsável, poderá levar a Diretoria a tomada de decisões equivocadas ou imprecisas, com riscos operacionais.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Seção de Contabilidade
EIXO OPE	Econômicos	42	8.2.5 A ocorrência de erros na gestão de encargos sociais, tais como (1) ausências ou divergências nos valores de recolhimento de taxas e tributos (PIS, ISS, FGTS, INSS, outros), (2) pagamentos de multas e juros em Guias da Previdência Social/GPS (FGTS-GRF, DARFs, GFIP, outros tributos) e (3) inconsistências nas informações do e-Social e (4) inobservância dos prazos para cumprimento das obrigações acessórias, levará a Diretoria do Conselho a erros de decisão, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção Financeira e de Pessoal
		43	8.3.1 Devido a falhas e impropriedades na gestão do processo de inscrição em Dívida Ativa, como ausência de inscrição de débitos em dívida ativa, prescrição de débitos no exercício e divergências de informações no livro de inscrição da dívida ativa poderá levar os Diretores a erro, com riscos operacionais.	3	4	34	RE	MINIMIZAR	Seção de Cobrança Assessoria Jurídica



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	DOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
	ID.		IDENTIFICAÇÃO DOS DISSOS	1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	sco	AVALIAÇÃO	AO RISCO	3A D
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	ED	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GES RIS
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NÍV	RISCO ALTO	MINIMIZAR	BE/
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR) A
		44	8.4.1 Face a falhas em processos de gestão de inadimplentes, tais como manutenção de elevado percentual de inadimplentes, ausência de recebimento de débitos existentes, não realização de procedimento de cobrança, não adoção de medidas para a redução dos níveis de inadimplentes, bem como falhas na alimentação de informações no SISCAD e no cancelamento e baixa de débitos de Pessoa Física e Jurídica, poderá levar a Diretoria da Autarquia a erro, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Cobrança Assessoria Jurídica
EIXO OPERACIONAL	Econômicos	45	8.5.1 Devido a falhas na gestão dos processos de execução fiscal, como ausência de ajuizamento de processos dos inadimplentes, ausência de ajuizamentos de multas, ausência/divergência/falhas no controle de receitas advindas de execução fiscal e utilização de índices de correção monetária em desacordo com Resoluções do CFMV e falta de qualificação dos servidores, podem levar a Gestão da Autarquia a erros, com riscos operacionais.	3	4	34	RE	MINIMIZAR	Assessoria Jurídica
EIXO	Ec	46	8.6.1 Face a movimentação em contas bancárias sem atendimento a requisitos legais, como competência legal aos atos, assinaturas, conta corrente específica, ausências de rendimentos de aplicação financeira e de integração/conciliação bancária, levará os seus Gestores a erro, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Seção Financeira e de Pessoal
		47	8.7.1 Por conta de impropriedades e falhas em processos de Suprimento de Fundos, tais como (1) impossibilidade de custeio de despesas recorrentes e previsíveis, (2) valores gastos a maior do que permite a legislação, (3) ausência e/ou documentação apresentada pode não ter valor fiscal ou em desacordo com a legislação, (4) prazos não obedecidos (de recebimento de crédito e pagamento de despesas, bem como na prestação de contas) levará às Autoridades da Autarquia a tomada de decisão equivocada, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção Financeira e de Pessoal Seção de Contabilidade



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	IISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃ0	RESPOSTA AO RISCO	00
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	NÍVEL DO RISCO	DIOCO DAINO		ÁREA GESTORA DO RISCO
				2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	00	RISCO BAIXO	ACEITAR	GESTO RISCO
				3 - POSSÍVEL 4 - PROVÁVEL	3 - MODERADO 4 - ELEVADO	ÍVEL	RISCO MODERADO RISCO ALTO	TRANSFERIR MINIMIZAR	EA G
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO	Z	RISCO ALTO	EVITAR	ÁRI
	Econômicos	48	8.8.1 Face a ausência de Declaração de Bens e Renda para Conselheiros, Comissionados e Funções Gratificadas na Autarquia, poderá ocasionar danos aos processos de Gestão de Pessoas, levando a Diretoria da Instituição a erro, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Seção Financeira e de Pessoal Gestão de Pessoas
EIXO OPERACIONAL	Pessoas	49	9.1.1 Face a impropriedades e falhas levantadas no processo de Gestão de Pessoas, tais como (1) ausência de Política de Gestão de Pessoas, em especial nos tópicos de contratação, desligamento de pessoal, requisição e redistribuição de colaboradores, apuração de fraudes e ilícitos (1) carência em capacitações e treinamentos (reciclagem de conhecimentos) em todas as suas esferas, (2) ausência de integração de softwares e tecnologias no setor que permitam automação de cálculos trabalhistas, sem inserção manual, (3) desvio de função entre as atribuições inerentes ao cargo extrapolarem as competências em outros cargos (4) ausência de controle do absenteísmo, (5) ausência de política de rotatividade de pessoal vinculada ao cargo/competências, bem como (6) normativas internas ligadas a temática de RH desatualizadas e (7) ausência de políticas de retenção de pessoal, podem levar a Alta Administração a tomadas de decisão equivocadas, com riscos operacionais.	3	4	34	RE	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas
		50	9.2.1 O quantitativo de funcionários efetivos na Instituição é insuficiente para realizar atividades e processos de trabalho, poderá levar a Gestão da Autarquia a erro, com riscos operacionais.	3	2	32	RM	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas



				ANÁI	LISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE 1- REMOTO	IMPACTO 1 - INSIGNIFICANTE	03	AVALIAÇÃO	RESPOSTA AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	2 C
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	1 D0	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GESTOI RISCO
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	IVE	RISCO ALTO	MINIMIZAR	EA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO	_	RISCO ELEVADO	EVITAR	Å
		51	9.3.1 Impropriedades e falhas comuns e graves em concursos públicos, tais como (1) Ausência de concurso público (2) Edital com exigências ilegais, (3) publicações incompletas ou fora do prazo, (4) "vazamento" antecipado de questões das provas e seus gabaritos, bem como questões com dupla interpretação, (5) irregularidades em fases como processo de contratação da Banca Realizadora - avaliação de documentos, (6) falta de isonomia em cargos e funções e cotas previstas em legislação, (7) descrição das atividades (no Edital) conflitantes com atividades privativas de determinadas categorias profissionais, e (8) conhecimento insuficiente para elaboração dos requisitos e atribuições das vagas, com riscos operacionais.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas Comissão de Coordenação do Concurso Público
EIXO OPERACIONAL	Pessoas	52	9.3.2 O descumprimento das legislações que regulamentam a gestão e contratação de Empregados Comissionados e Estagiários em atividade na Instituição, como por exemplo (1) quantitativos em relação aos servidores efetivos e (2) desvirtuamento de suas finalidades, com perdas de eficiência e efetividade, poderá levar os Diretores da Autarquia a erros, com riscos operacionais.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas
H		53	9.4.1 Falhas em Acordos Coletivos de Trabalho/ACTs e Planos de Carreiras, Cargos e Salários/PCCS e Avaliações de Desempenho/ADs, tais como (1) elaboração de PCCS, ACTs e ADs em desacordo com a legislação, (2) cláusulas unilaterais, (3) descumprimento de cláusulas constantes nos instrumentos respectivos, (4) ausências de respostas por parte da Alta Direção aos Demandantes, podem levar a Diretoria da Instituição a tomada errada de decisão, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas
		54	9.4.2 Falhas e impropriedades técnicas, processuais e legais em Processos Administrativos Disciplinares/PADs e Sindicâncias, como vícios processuais, ausência de comunicação de atos, proibição da ampla defesa e do contraditório, demais ilegalidades e abuso de poder, podem levar a Diretoria ao cometimento de erros graves, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Assessoria Jurídica Assessoria Especial da Presidência



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃ0	RESPOSTA	
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	SCO	AVALIAÇAU	AO RISCO	A D
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	ᇤ	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GES
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	Ā
		55	9.5.1 Entendendo um Plano de Demissão Voluntária — PDV como um mecanismo/instrumento de remuneração financeira dado pelo Empregador a seus Empregados, que visa incentivar pedidos de demissão, pode ocasionar falhas e decisões imprecisas como (1) saída dos talentos da Instituição, (2) não-previsão orçamentária dos recursos financeiros, (3) fragilidade jurídica no Programa e/ou Termos para assinatura, bem como na (4) ausência da publicidade dos atos oficiais, (5) prazo exíguo e (6) coação à adesão, pode levar a Direção da Autarquia a erros, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Gestão de Pessoas
EIXO OPERACIONAL	Pessoas	56	9.6.1 Devido à ausência de normativas internas (Portaria e/ou Resolução) que façam gestão do Teletrabalho (Home Office) na Autarquia, que minimizem/mitiguem riscos como (1) produtividade abaixo do ideal em trabalho presencial, (2) insegurança quanto à confiabilidade das informações geradas/fornecidas na Instituição, (3) resistência da cultura organizacional a tal flexibilidade, (4) descontrole/desconfiança quanto a horas de trabalho efetivamente realizadas, com cometimento de ilegalidades e assédio moral, bem como (4) ineficácia quanto a procedimentos e processos de trabalho fundamentais à Instituição, pode colocar em risco a Diretoria, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Gestão de Pessoas
		57	9.7.1 Devido às ausências de (1) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; (2) Perfil Profissiográfico previdenciário - PPP, (3) Análise Ergonômica do Trabalho - AET; (4) Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT e (5) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, podem levar a Diretoria a erro, com riscos operacionais.	1	3	13	RM	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	300	AVALIAÇÃO	AO RISCO	A D(
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	<u>П</u>	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GES
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	N	RISCO ALTO	MINIMIZAR	REA
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	,A
		58	10.1.1 Face a Impropriedades e falhas identificadas nos arquivos e relatórios de PFs e PJs, tais como informações incompletas em relatórios administrativos, divergências no no de inscrições versus registros realizados no exercício auditado, tudo isso pode levar a Alta Administração da Autarquia à tomada de decisão equivocada, com riscos operacionais.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Seção de Registro
NAL		59	10.1.2 Devido a falhas de comunicação entre os CRMVs no País, bem como a possibilidade de uso de múltiplos Sistemas de Protocolo e Cadastro, poderá ocorrer desencontro de informações pessoais com impactos no atendimento de demandas, bem como equívocos nos processos de inscrição e/ou transferência, podendo levar a erros na cobrança de Anuidades como cobranças indevidas e/ou em duplicidade, impactando na qualidade e celeridade do processo, levando a Diretoria a riscos estratégicos, de conformidade e operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Registro
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	60	10.1.3 A avaliação inadequada dos documentos recebidos para a inscrição de Pessoas Físicas e Jurídicas, poderá gerar cadastramentos indevidos, como de Profissionais não graduados detentores de diplomas falsificados, ou de Representantes de empresas com irregularidades, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Registro
		61	10.2.1 Face a falhas e deficiências no processo de atendimento ao público na Instituição, tais como (1) descumprimento ao horário estabelecido para atendimento externo, (2) ausência de orientações claras quanto a documentos e certidões necessários para os procedimentos administrativos inerentes à Autarquia, (3) deficiência no atendimento em canais online (Telefone, Whatsapp, Facebook, Instagram, Outros) que possam dirimir ao menos dúvidas iniciais, (4) não-atendimento à legislação que versa sobre prioridades em atendimentos, como por exemplo para idosos, gestantes e acessibilidade de Pessoas Com Deficiência/PCD e (5) ausência de informações quanto a canais de recebimento de críticas e sugestões, podem colocar a Administração da Autarquia a erro, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo Gestão de Pessoas Assessoria de Comunicação



				ANÁI	LISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	IISCOS	TRATAMENT RISCO	
				PROBABILIDADE	IMPACT0			RESPOSTA	
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	9	AVALIAÇÃ0	AO RISCO	4 D0
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	2	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GESTOR
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	ÍVEI	RISCO ALTO	MINIMIZAR	E E
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO	Z	RISCO ELEVADO	EVITAR	ÁR
				2 - MONSE CENTO	5 - CHITICU		NISCO ELEVADO	EVIIAN	
		62	10.3.1 Devido a impropriedades e falhas técnicas em processos licitatórios (fracionamento de despesas sem amparo legal, subcontratação irregular, restrições ilegais a competitividade de empresas, atos de gestão ilegal e/ou antieconômico, inobservância de cláusulas essenciais, descumprimento de Acórdãos do TCU, alterações indevidas de projetos e especificações) todo esse conjunto de situações poderá levar a Diretoria da Autarquia à tomada equivocadas de decisão, com riscos operacionais.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Seção de Compras e Contratações Pregoeiro/Agente de Contratação
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	63	10.3.2 Face a falhas formais e procedimentos impróprios em processos licitatórios, como (1) aquisição emergencial de produtos e serviços, ferindo pressupostos importantes como Planejamento e Orçamento, e ainda sem as devidas Certidões de Regularidade e o consequente pagamento irregular a fornecedores em bens e serviços, (2) elaboração/descrição ineficiente de Termos de Referência — TR e divergências textuais deste com o Edital e Minutas de Atas e Contratos, (3) fragmentação de despesas na aquisição de bens e serviços, com preços superestimados ou subestimados nas estimativas orçamentárias, (4) ausência de fiscalização na execução da despesa pública e suas etapas (contratação, execução, pagamento) poderá levar a Gestão da Autarquia ao desperdício de recursos públicos e a erro, com riscos de conformidade, estratégicos e operacionais.	2	4	24	RA	MINIMIZAR	Seção de Compras e Contratações
		64	10.3.3 Devido a erros e impropriedades verificadas na Gestão de Relacionamento com Fornecedores, tais como (1) contratação de fornecedores, de quaisquer segmentos, elencados em "lista suja" de trabalho escravo, ou em condições análogas à escravidão, (2) licitação/contratação de empresas (fornecedores) que tenham sofrido punições legais, de acordo com a Lei 8.666/93, Lei 14.133/2021 e legislações subsequentes e/ou correlatas ao tema, (3) estocagem e armazenagem de itens nas Instituições feito de forma incorreta, (4) ausência de horário pré-definido, pela Instituição, para recebimento (logística) de produtos e mercadorias, podem levar a Alta Administração a erros na sua gestão, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Compras e Contratações Seção de Manutenção, Patrimônio e Almoxarifado



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	DOS R	RISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACTO			RESPOSTA	
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	9	AVALIAÇÃ0	AO RISCO	00 /
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	NÍVEL DO RISCO	RISCO BAIXO	ACEITAR	ÁREA GESTORA DO RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	8	RISCO MODERADO	TRANSFERIR	GESTOI RISCO
						VE			8
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	Z	RISCO ALTO	MINIMIZAR	ÁRI
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
		65	10.3.4 Face ao quantitativo de pessoal insuficiente e/ou sem a qualificação adequada para a função, podendo levar a contratações desvantajosas para a Administração, levando a objetos mal especificados, modelos que não permitem adequada gestão contratual, com preços elevados, entre outros, com consequente desperdício de recursos (financeiros, pessoais, logísticos) públicos, poderá levar a Gestão da Autarquia a erro, com riscos operacionais.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	66	10.4.1 Devido a impropriedades e falhas identificadas no controle/gestão dos bens patrimoniais e seus valores patrimoniais, tais como (1) não ter informações patrimoniais conciliadas e harmônicas com a Contabilidade, bem como (2) ausência de processo/política de Gestão Patrimonial e seus respectivos controles, (3) não realizar inventário patrimonial geral em tempo determinado pela legislação nem tampouco (4) inventário rotativo, poderá levar a Diretoria da Instituição a erro, com riscos operacionais.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Seção de Manutenção, Patrimônio e Almoxarifado Seção de Contabilidade
EIXO	Admi	67	10.5.1 Face a falhas e impropriedades no processo de trabalho Gestão de Passagens, Diárias, Jetons e Verbas de Representação em quesitos tais como (1) normativas internas desatualizadas e em desacordo com determinações de Órgãos de Controle; (2) ausência de planejamento estratégico interno (em especial quanto a aquisição de bilhetes em melhor relação custo x benefício); (3) ausência de devidas justificativas quanto a convite a palestrantes, alteração de datas de reuniões/eventos e deslocamentos em fins de semana; (4) não integração entre o Sistema de Viagens e Sistemas de Orçamento/Finanças da Instituição; (5) concessão de diárias e passagens a profissionais inadimplentes quanto à prestação de contas (não devolução de relatório, bilhetes, etc.); (6) ausência de comprovantes de embarque e/ou de relatório de viagem; (7) autoconcessão em passagens, diárias ou ressarcimentos; (8) desobediência a prazos estabelecidos em normativos, poderá levar os Gestores da Autarquia a erro, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo



				ANÁI	LISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO RISCOS	DOS
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃ0	RESPOSTA	0
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS DISCOS	1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	NÍVEL DO RISCO	AVALIAÇÃO	AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	0 RI	RISCO BAIXO	ACEITAR	GESTOF RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	A GE
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	NE NE	RISCO ALTO	MINIMIZAR	/RE/
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
		68	10.6.1 Devido a falhas na gestão dos livros de registros e pastas funcionais e Carteiras de Trabalho dos funcionários, como (1) documentação e registro de Colaboradores faltantes e/ ou desatualizados, e (2) controles de ponto faltantes e/ou desatualizados, por meios físicos ou eletrônicos, (3) livro de inspeção do trabalho não-acessível ao Fiscal do Trabalho, pode ocasionar erros aos processos de Gestão de Pessoas, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção Financeira e de Pessoal
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	69	10.7.1 As impropriedades e falhas processuais em Recursos Humanos, tais como (1) erros no processo de admissão e demissão de pessoal, (2) erros em cálculos de folhas de pagamento, (3) erros em cálculos de férias e controle de prazos e vigências, 13º Salário, Descanso Semanal Recuperado — DSH, licenças e afastamentos, (4) ausência de automação e integração do controle de ponto com folha de pagamento, entre outros pagamentos, levará os Diretores da Instituição a tomar decisões equivocadas, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Gestão de Pessoas Seção Financeira e de Pessoal
		70	10.8.1 Falhas e impropriedades em Termos de Posse (como ausência de assinatura, carimbos, papel sem timbre oficial) bem como no próprio processo de gestão das Reuniões Ordinárias (ausência de planejamento de datas, assinaturas, sequências de numeração e nº de reuniões realizadas, quórum) e ainda na gestão e controle de expedição de Portarias, Resoluções, Certificados, Cédulas de Identidade e outras Normas, podem levar os Gestores a decisões equivocadas, com riscos operacionais.	1	2	12	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo



				ANÁI	ISE E AVALIAÇÃO I	OOS R	ISCOS	TRATAMENTO DOS RISCOS	
				PROBABILIDADE	IMPACTO		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
	ID.			1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	NÍVEL DO RISCO	AVALIAÇÃO	AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	<u>R</u>	RISCO BAIXO	ACEITAR	GESTOF RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	G G G G G G G G G G
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	\}	RISCO ALTO	MINIMIZAR	JE/
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	,4
ual.		71	10.9.1 Devido a falhas e impropriedades levantadas na Gestão de Infraestrutura da Autarquia, tais como (1) ausência de Gestão de Contratos pertinentes à área, (2) ausência de licenças e alvarás, bem como de manuais e políticas de Manutenção Predial (no que tange à segurança principalmente das instalações hidráulicas e elétricas, bem como do estabelecimento de prioridades e rotinas diárias, semanais, mensais, trimestrais, semestrais e anuais), (3) ausência de Equipamentos de Proteção Individuais/EPIs e de Equipamentos de Proteção Coletiva/EPCs para proteção da saúde funcional e (4) ausências de capacitações e treinamentos (reciclagem de conhecimentos) pode levar a Diretoria do Conselho a decisões equivocadas, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Seção de Manutenção, Patrimônio e Almoxarifado
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	72	10.10.1 Devido a falhas e impropriedades levantadas na Gestão de Protocolo e Arquivo, tais como (1) carência em capacitações e treinamentos (reciclagem de conhecimentos), (2) uso de um sistema/software de Protocolo para documentos/processos que necessite de atualização ou mesmo sua substituição, com uso de processos eletrônicos em ambiente virtual, sem impressão de papel, (3) ausência de uma Política de Gestão Documental, para conteúdos físicos e/ou digitais, passando pela (4) ausência de uma Política de Gestão Arquivística (desde a etapa de produção do documento, categorização e catalogação — documentos, processos, obras literárias, obras de arte, entre outros - até sua temporalidade e destinação final, seja preservação permanente ou mesmo seu descarte) e (5) ausência de ambiente adequado para armazenamento da documentação que compõe o Arquivo, podem levar a Alta Administração a erros em decisões, com riscos operacionais.	3	2	32	RM	MINIMIZAR	Gabinete Executivo, Gestão de Pessoas



				ANÁI	IISCOS	TRATAMENTO DOS RISCOS			
				PROBABILIDADE	IMPACT0		AVALIAÇÃO	RESPOSTA	0
	ID		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE	NÍVEL DO RISCO	7107121713710	AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
	שו		IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	00 R	RISCO BAIXO	ACEITAR	GESTOI RISCO
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	A GE
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	É	RISCO ALTO	MINIMIZAR	ÁRE/
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
ONAL	SI	73	10.11.1 Devido à estruturação inadequada do Setor/Instalações de Cozinha/Copa, como (1) inadequação às normas da Vigilância Sanitária - VS; (2) ausência de laudo AVCB — Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; (3) estrutura inadequada (fiação elétrica, pisos irregulares, etc.); 4) ausência de Equipamentos de Proteção Individuais - EPIs, caso necessário, e de Equipamentos de Proteção Coletiva/EPCs; e (5) inadequação às metodologias de Saúde e Segurança do Trabalho - SST e suas instâncias regulatórias que abordam atividades inerentes a uma cozinha (com riscos de diferentes naturezas, como choques elétricos, queimaduras, quedas, cortes e perfurações, etc.), pode levar os Gestores da Autarquia a erro, com consequente aplicação de multas administrativas e com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Seção de Manutenção, Patrimônio e Almoxarifado
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	74	10.12.1 Face a falhas e impropriedades no processo de Gestão de Eventos, tais como (1) ausência de planejamento/execução/avaliação, bem como acompanhamento de resultados, (2) ausência de calendário anual de eventos da Autarquia, (3) ausência de comunicação aos setores envolvidos de forma tempestiva, (4) carência em capacitações e treinamentos (reciclagem de conhecimentos), (5) solicitações verbais que causam ruídos na comunicação e prejuízos à realização do evento, e ainda a (6) ausência de contratação de Empresa especializada em eventos e tendo dificuldades em sua contratação, bem como (7) ausência de um Manual de Eventos da Autarquia que contribua para melhor concepção dos mesmos e (8) não-cumprimento do calendário com demandas em prazos intempestivos ("em cima da hora") para execução eficiente dos eventos, poderá levar a decisões equivocadas por parte dos Diretores da Autarquia, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Gabinete Executivo



				ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS				TRATAMENTO DOS RISCOS	
ID			IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DO RISCO	AVALIAÇÃ0	RESPOSTA	
				1- REMOTO	1 - INSIGNIFICANTE		AVALIAÇAU	AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
				2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO		RISCO BAIXO	ACEITAR	
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO		RISCO ALTO	MINIMIZAR	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
EIXO OPERACIONAL	Administrativos	75	10.13.1 Devido a falhas e ineficiências na Gestão de Riscos em Meio Ambiente e Saúde, tais como (1) ausência de planejamento institucional no tocante a Segurança e Saúde do Trabalho em Pandemias em todos os seus requisitos, vide COVID-19, (2) ausência de práticas ambientais, sociais e de governança – ESG que possuam indicadores e a devida possibilidade de medição, (3) inexistência de processo de Coleta Seletiva de Lixo (resíduos) que minimamente separe lixo orgânico de lixo seco, e (4) ausência de Normas de Higiene Ocupacionais – NHOs, que identifiquem e categorizem riscos ambientais inerentes, pode levar os Diretores da Instituição a erro, com riscos operacionais.	2	2	22	RB	ACEITAR	Gestão de Pessoas , Seção de Manutenção, Patrimônio e Almoxarifado
	Cibernéticos	76	11.1.1 Face a impropriedades e falhas na Gestão da Tecnologia da Informação — TI, tais como (1) ausência de uma Política de TI, consolidada em um Plano Diretor de Tecnologia da Informação — PDTI, (2) ausência de Governança na área, sem estratégias e diretrizes claras para o segmento, amparadas com o comprometimento da Alta Administração e ainda (3) ausência de definição de prioridades e planejamento, pode levar a decisões equivocadas, com riscos operacionais.	3	4	34	RE	MINIMIZAR	Seção de Tecnologia da Informação
		77	11.1.2 Devido a erros e impropriedades verificados na contratação terceirizada de serviços de Tecnologia da Informação, muitas vezes focados somente em assessoramento de suporte técnico e não de um serviço de Gestão de Tecnologia da Informação, assim como sem o devido levantamento da capacidade técnica da empresa a ser contratada, podem levar a Diretoria Executiva à realização de contrações que não atendem aos objetivos previstos, com riscos operacionais.	3	4	34	RE	MINIMIZAR	Seção de Tecnologia da Informação



				ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RISCOS				TRATAMENTO DOS RISCOS	
ID			IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	PROBABILIDADE 1- REMOTO	IMPACTO 1 - INSIGNIFICANTE	NÍVEL DO RISCO	AVALIAÇÃ0	RESPOSTA AO RISCO	ÁREA GESTORA DO RISCO
				2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO		RISCO BAIXO	ACEITAR	
				3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO		RISCO MODERADO	TRANSFERIR	
				4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO		RISCO ALTO	MINIMIZAR	
				5 - QUASE CERTO	5 - CRÍTICO		RISCO ELEVADO	EVITAR	
EIXO OPERACIONAL	Cibernéticos	78	11.1.3 O baixo nível de automação em Tecnologia da Informação - TI faz com que (1) muitas atividades de atendimento/suporte ainda sejam manuais; que (2) a mão-de-obra do Setor seja insuficiente, como também sem capacitação (via palestras e treinamentos) para atendimento de demandas na Instituição para lidar com (3) ausência de priorização de projetos, bem como a não-renovação de hardware (equipamentos) pelo tempo de uso e obsolescência (estações de trabalho, servidores, outros), invasões hackers, vazamento de informações, bugs e erros de softwares, e ainda a (4) possível ausência de um plano de contingência junto a uma Política de TI, podem levar os Diretores a erro, com riscos operacionais.	3	2	32	RM	MINIMIZAR	Seção de Tecnologia da Informação
		79	11.2.1 A Gestão de Projetos — como do Sistema Unificado de Administração Pública/SUAP - no que compete à Área de Tecnologia da Informação — TI em termos de implementação da solução pronta, criado com o objetivo de Gestão Eletrônica de documentos e processos, levará a mudanças e rupturas na cultura organizacional, ambiente e tarefas de trabalho, bem como no seu tempo de completa implantação, podendo levar a Diretoria e os Colaboradores do CRMV-PR a erro, com riscos operacionais.	2	3	23	RM	MINIMIZAR	Seção de Tecnologia da Informação
		80	11.3.1 Por conta de inconsistências no quesito fundamental e estratégico Segurança da Informação, tais como (1) utilização de softwares desatualizados e com vulnerabilidade tecnológica, (2) uso de sistemas com brechas de segurança, (3) desvios de dados sem soluções de correção e/ou monitoramento, (4) ataques de ramsomware/pishing, bem como (5) riscos à integridade, disponibilidade e confidencialidade de informações sensíveis à Autarquia, podem levar a Diretoria a erro, com riscos operacionais.	3	3	33	RA	MINIMIZAR	Seção de Tecnologia da Informação



Canais de comunicação do CRMV-PR
www.crmv-pr.org.br
facebook.com/crmvpr
instagram.com/crmvpr
youtube.com/crmvproficial

Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão I1nq.com/FdEyy

